

MERCOSUL: POLÍTICA INTELIGENTE, PREDATÓRIA OU OBTUSA?

MARCELO DE PAIVA ABREU

Os resultados eleitorais italianos do último domingo foram desoladores. Não pela negativa do eleitorado em dar a maioria à pouca entusiasmante coalizão de esquerda liderada por Francesco Rutelli, ex-prefeito romano, mas pelo maciço apoio à coalizão liderada pelo magnata das telecomunicações Sílvio Berlusconi. Que inclui, à direita, partidos políticos comprometidos com plataformas antidemocráticas, tais como os fascistas pretensamente reconstruídos da Aliança Nacional e a Liga do Norte. A Itália tem assim a honra duvidosa de juntar-se, na União Européia, à Áustria, para compor a lista de países cujos governos não são merecedores de confiança quanto ao compromisso com o funcionamento de instituições efetivamente democráticas. É como se o sacrifício dos grandes nomes da tradição democrática italiana - Pietro Gobetti e os irmãos Rosselli, do Movimento Giustizia e Libertà, Emílio Lussu, também do Partido de Ação, Aldo Moro e Enrico Berlinguer, artífices frustrados do compromisso histórico, para lembrar apenas alguns nomes - tivesse sido em vão.

Formado no período pós-2.^a Guerra Mundial, Carlo Cipolla, historiador econômico de grande prestígio, certamente inspirou-se nas lições da vida política italiana para estabelecer, no livro *Allegro, ma non troppo*, a sua renomada taxonomia sobre as reações humanas, que merece ser repetida aqui, para nova aplicação. O universo das pessoas seria composto de quatro tipos estilizados: inteligentes, predadores, estúpidos e pródigos. Inteligentes são aqueles indivíduos cujas ações acarretam benefícios para si mesmos e outras pessoas.

Predadores são os que se beneficiam e prejudicam os outros. Obtusos são os que se prejudicam a si mesmos e também aos demais. Pródigos são os que se prejudicam e beneficiam os demais. Em situações extremas, indivíduos podem ser forçados a mudar de comportamento em função da primazia do objetivo de defender os seus próprios interesses. Sob pressão, o indivíduo inteligente tende a torna-se predador, pressionado a optar entre os seus interesses e os interesses dos demais.

A taxonomia cipolliana é tão rica que merece ser estendida ao comportamento de países. A política externa, ou a política econômica externa, de um país é inteligente quando tem por objetivo beneficiar a sua população e, também as de seus parceiros. E assim por diante. Como no caso de indivíduos, políticas podem ser predatórias, obtusas ou pródigas. As relações entre Brasil e Argentina no passado recente podem ser analisadas com proveito utilizando-se a taxonomia de Cipolla.

Especialmente depois que o governo argentino, estimulado pelo temor de ser forçado ao abandono do regime cambial baseado na paridade com o dólar, manifestou repetidamente, pela boca do seu ministro mais influente, Domingo Cavallo, dúvidas quanto à conveniência, para a Argentina, de serem mantidos os compromissos, firmados nos anos 90, quanto à formação do Mercosul. A suposta preferência do ministro por uma área de livre comércio, externada no início da década de 90, subitamente ganhou publicidade. À raiz da crise externa argentina, o Brasil viu-se na situação de não ter como discordar da suspensão, por tempo indeterminado, da aplicação da Tarifa Externa

Comum sobre itens de interesse brasileiro, especialmente bens de capital, cuja tarifa argentina pré-Mercosul havia sido elevada no bojo das negociações de formação da união aduaneira. O Brasil, por seu lado, não efetuou ajustes que pudessem configurar manutenção do "equilíbrio de concessões", como, por exemplo, reduzindo a tarifa incidente sobre trigo, ou qualquer outro produto de interesse especial argentino. No quadro cipolliano a política econômica externa argentina quanto ao Mercosul está transitando perigosamente, de uma situação inicial em que beneficiava tanto a Argentina quanto o Brasil, para uma posição em que os benefícios serão apenas da Argentina. Transição de uma política inteligente para uma política predatória.

Um dos elementos que estariam justificando esta decisão é a perene esperança da Argentina de que tenha encantos suficientes para seduzir os EUA a adotarem política preferencial que a coloque em posição privilegiada entre as demais nações do hemisfério. Os riscos inerentes ao resultado final de tal esforço de encantamento de Washington são substanciais, levando-se em conta todos os fatores que tendem a tornar problemático o avanço de uma política construtiva do Executivo norte-americano. Além disto, a Argentina não parece colocada em posição alta na lista de prioridades norte-americanas de negociação bilateral se a decisão for seguir adiante com acordos bilaterais, torpedeando a Alca. A menos que o objetivo dos EUA seja momentaneamente embarçar o Brasil, embora a custo extremamente alto. Estas dificuldades, somadas aos problemas inerentes à sustentabilidade do regime cambial argentino, podem facilmente transformar a tentativa arriscada de converter uma política predatória em um resultado que corresponderia ao pior dos mundos cipollianos: uma política que resultaria em danos tanto ao Brasil quanto à Argentina. Em suma, uma política obtusa.

Ao Brasil, algo melancolicamente, cabe o papel de evitar colocar-se de forma muito explícita na posição de pródigo: ou seja, de reiteradamente estar disposto a prejudicar os seus interesses para resguardar os interesses argentinos. É vital, para que não se caracterize esse quadro, que o prazo de excepcionalidade relativo a violações da TEC seja limitado e que a diplomacia econômica brasileira preserve margens de manobra que possibilitem alguma compensação ao namoro entre Argentina e EUA. Negociações mais ambiciosas com Bruxelas podem jogar esse papel.